

Série ESTUDOS SOBRE O NORDESTE
vol. 10

Direção de
Francisco de Oliveira
Roberto Maia Martins
Moacir Palmeira

Ficha Catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S576g Sigaud, Lygia.
Greve nos engenhos / Lygia Sigaud. – Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1980.
(Série Estudos sobre o Nordeste; v. 10)

Apêndice.
Bibliografia.

I. Greves – Camponeses – Pernambuco I. Título II.
Série

80-0540

CDD - 331.892863361098134
CDU - 331.892:633.61(813.4)

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial:

Antonio Cândido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

LYGIA SIGAUD

GREVE NOS ENGENHOS



Paz e Terra

Copyright © by Lygia Sigaud

Capa: Mario Roberto Correa da Silva

Foto da capa: Natanael Guedes

Fotos gentilmente cedidas pela Agência Jornal do Brasil - AJB

Direitos adquiridos pela

EDITORA PAZ E TERRA

Rua André Cavalcanti, 86

Fátima, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 244-0448

Rua Carijós, 128

Lapa, São Paulo - SP

Tel.: 263-9593

1980

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ÍNDICE

Apresentação	9
Greve nos Engenhos Lygia Sigaud	11
Convenção Coletiva	51
Camponeses Unidos Beija-Flor	87
Greve ou Quem quer a greve é a fome Edite Alves da Silva	97
A História da Greve dos camponeses de São Lourenço da Mata e Paudalho Beija-Flor	101

APRESENTAÇÃO

Este livro é um documento a respeito da greve dos trabalhadores rurais das plantações de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, ocorrida entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979. Nele estão reunidos um texto de interpretação produzido dentro da Universidade, o texto da Convenção firmada entre trabalhadores e patrões, a qual marcou o término da greve, os panfletos que circularam na região antes e durante a paralisação, registros fotográficos de diferentes momentos da mobilização dos trabalhadores e três poemas, elaborados sob a forma de cordel. Dois poemas são de autoria de um dos líderes da greve que além de dirigente sindical também é poeta e o outro é de autoria de uma trabalhadora que atuou no movimento.

A greve de Pernambuco foi a primeira greve de trabalhadores rurais depois de 1964, teve uma importância decisiva na rearticulação do movimento camponês no Brasil e apresentou características que a singularizam

em relação às greves urbanas. No entanto, por ter sido uma dentro as 68 greves ocorridas no país de janeiro a outubro de 1979 e por ter coincidido com a volta ao país de um número expressivo de militantes que puderam abandonar o exílio graças às pressões populares que culminaram na anistia, a greve vitoriosa dos trabalhadores de Pernambuco não teve um destaque privilegiado na imprensa. Por outro lado, incompreensões decorrentes em parte do desconhecimento do movimento camponês no Brasil e preconceitos políticos de setores que se surpreenderam com a greve e não conseguiram enquadrá-la de imediato nos seus quadros de referência impediram também que o movimento tivesse uma repercussão maior.

Através de uma publicação como essa o que se pretende é fornecer a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de acompanhar os acontecimentos de outubro de 1979 em Pernambuco os elementos necessários à reconstituição do que foi a greve para que, a partir daí, possam refletir e debater a respeito de seu significado e importância não apenas em termos das lutas dos camponeses, mas do conjunto das lutas dos trabalhadores brasileiros.

Lygia Sigaud
Agosto de 1980

GREVE NOS ENGENHOS

Lygia Sigaud

O objetivo deste trabalho é registrar a greve dos trabalhadores dos engenhos produtores de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, ocorrida em outubro do ano de 1979. O movimento, que teve uma semana de duração, envolveu diretamente 20 mil trabalhadores e indiretamente outros 100 mil, constituindo-se na primeira grande mobilização dos trabalhadores da região no período posterior a 1964. A greve foi vitoriosa, tendo resultado num acordo com os patrões, o qual previa, entre outros pontos, um aumento salarial de 52%, a cessão de uma área de 2ha de terra para cultivo de lavouras de subsistência e uma Tabela que estabelece equivalências entre os diferentes serviços da produção da cana e as formas de remuneração.

A nossa preocupação neste texto restringe-se aos preparativos do movimento e à greve propriamente dita. O caráter recente do movimento e a sua continuidade ao nível da luta pelo cumprimento do acordo limitam qual-

quer pretensão a uma análise mais globalizante. Procuraremos aqui, portanto, apenas documentar fatos e oferecer algumas interpretações ¹.

A continuidade das lutas

Não é de se estranhar que a primeira grande demonstração de força do campesinato ocorrida no país após quinze anos de autoritarismo tenha se passado na Zona da Mata de Pernambuco. Foi lá também que se verificou uma das mobilizações mais expressivas de trabalhadores rurais no período de 55 a 64, com as Ligas Camponesas e os Sindicatos ².

O movimento iniciado em meados da década dos 50 pelos foreiros da periferia dos engenhos em poucos anos conquistou toda a Zona da Mata, rompendo o tradicional isolamento em que viviam os moradores, os quais começam a se organizar tanto em Ligas como em Sindicatos. A ascensão de Arraes ao poder em 1963 abriu um espaço político extremamente favorável à organização e às lutas dos trabalhadores, os quais também se beneficiaram da promulgação, naquele mesmo ano, do Estatuto do Trabalhador Rural, que consagrou juridicamente direitos que buscavam conquistar.

O Golpe militar de 1964 atingiu em profundidade a organização dos trabalhadores. As Ligas foram desbaratadas, vários Sindicatos sofreram intervenção, líderes

¹ Este trabalho não é produto de uma pesquisa específica sobre lutas sociais na Zona da Mata de Pernambuco. A pesquisa que no momento desenvolvo na região tem como tema "Trabalho Assalariado e Trabalho Familiar no Nordeste", e conta com o apoio financeiro da Fundação Ford. Como me encontrava no campo em alguns dos períodos mais críticos da greve, me pareceu importante aproveitar a oportunidade para pensar sobre o significado da mobilização dos trabalhadores.

² A respeito desse período cf. Camargo (1973) e Callado (1964).

foram mortos, presos ou afastados da atividade política. No entanto, os Sindicatos, enquanto instrumentos de reivindicação dos trabalhadores, sobreviveram à repressão. E, como mostra muito bem Palmeira (1979:50), na medida que a oposição entre trabalhadores rurais e proprietários era um fato irreversível e que as contradições que estavam na base dos conflitos haviam se mantido inalteradas, esses Sindicatos, em pouco tempo, recuperaram sua combatividade e conseguiram retomar as lutas pelo cumprimento da legislação trabalhista, assegurando continuidade ao movimento do período anterior.

E é exatamente a continuidade das lutas pelos “direitos”³ durante todos esses anos que nos permite compreender como os acontecimentos de outubro se tornaram possíveis, como num dado momento os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata conseguiram mobilizar 100 mil trabalhadores para uma greve.

É evidente que a conjuntura política nacional teve seu peso no deflagar do movimento. A greve de Pernambuco ocorreu num momento de “abertura” do regime. Mas, nos parece, que foram sobretudo as greves vitoriosas de setores da classe operária e de setores da classe média⁴ que mais decisivamente influenciaram na mobiliza-

3 “Direitos” é o termo que os trabalhadores dessa região utilizam para designar algumas das principais conquistas asseguradas pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

4 Segundo pesquisa feita por Paulo Eduardo Araújo publicada pelo jornal *Movimento*, entre janeiro e setembro de 1979 houve no país 19 greves de metalúrgicos, envolvendo 379.930 trabalhadores; 14 greves de motoristas, envolvendo 395.960 trabalhadores; 5 greves de peões, envolvendo 234 mil trabalhadores; 23 greves de professores envolvendo 1.119.938 trabalhadores; 4 greves de bancários envolvendo 89 mil trabalhadores e 3 greves de vigilantes, envolvendo 20 mil trabalhadores. Somados os números, houve ao todo, neste período, 68 greves que envolveram mais de 2 milhões de trabalhadores. Esse quadro não é completo pois nele não estão incluídas as greves realizadas por mineiros, jornalistas, costureiras e caminhoneiros.

ção de Pernambuco. A informação – tornada possível graças a um relaxamento da censura aos meios de comunicação – de que os trabalhadores voltavam a se organizar para reivindicar direitos, que voltavam a fazer greve e voltaram a obter vitórias se constituiu em inegável estímulo tanto para as lideranças como para os trabalhadores da Zona da Mata ⁵.

No caso específico de Pernambuco, embora não tenhamos elementos para proceder uma análise, tudo parece indicar que as eleições majoritárias de 78 permitiram a abertura de um debate mais amplo sobre questões políticas. Passado o período eleitoral os trabalhadores ainda discutiam a campanha e se sentiam vitoriosos com a “vitória” de seu candidato ⁶. Por outro lado, primeiro a perspectiva e depois a volta de Arraes ⁷ certamente

5 No que se refere aos trabalhadores esse fato foi percebido com uma certa recorrência durante o trabalho de campo realizado em julho e agosto. Espontaneamente eles se referiam às greves recentes ocorridas no país, dos quais tinham informação através do rádio e via de regra manifestavam em relação a esses movimentos um entusiasmo bastante significativo, através de formulações do tipo “essa é saída”.

6 Embora tenha sido derrotado pela soma dos votos de legenda dos candidatos da Arena, Jarbas Vasconcelos, (candidato ao senado pelo ex-MDB) é considerado pelos trabalhadores como o seu Senador. O candidato da oposição venceu em praticamente todos os municípios da Zona da Mata, onde se pode constatar o crescimento de um forte sentimento de oposição ao Governo e ao seu partido.

7 Para os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco foi Arraes quem lhes concedeu os direitos, quem os livrou do *cambão* e da *condição* e por isso o tempo em que governou Pernambuco foi, segundo eles, o melhor tempo que tiveram. Daí que dividam sua história recente entre o antes e o depois de Arraes. Os trabalhadores consideram Arraes identificado com eles e com suas lutas e esse é um fato indiscutível para eles, mesmo para os mais jovens que dos “tempos de Arraes” conhecem apenas o que lhes foi transmitido pelos mais velhos. “Arraes vem aí” era uma frase que corria de boca em boca na Zona da Mata dois meses antes de seu retorno do exílio.

contribuíram para que os trabalhadores se sentissem fortalecidos.

Mas, não são apenas esses elementos do passado das lutas dos trabalhadores e da conjuntura nacional e local que nos permitirão dar conta das condições que favoreceram a greve de Pernambuco. Um peso importante deve ser atribuído à conjuntura específica do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Desde o final de 78, alguns Sindicatos mais combativos da Zona da Mata de Pernambuco vinham se preparando para desencadear um movimento reivindicatório que melhorasse as condições de vida dos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar. Essa iniciativa se vinculava aos debates sobre política salarial e liberdade sindical abertos durante os encontros preparatórios do IIIº Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que se realizou em maio de 1979 em Brasília. Durante esse Congresso, ao qual estiveram presentes os principais líderes da greve de outubro, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais assumiu claramente uma posição mais ofensiva em relação aos problemas da classe. Conforme atestam os documentos aprovados⁸, tanto a lei de greve quanto a política salarial do Governo foram postas em questão.

Do Dissídio à Greve

Embora a idéia de realizar um movimento reivindicatório tenha surgido desde o final de 78, é no período que se segue ao Congresso, que se intensifica a mobilização dos trabalhadores, sobretudo em alguns Sindicatos com um trabalho melhor estruturado. A proposta inicial

8 Cf. Contag, 1979:137-138 e 149-150.

consistia em realizar um dissídio coletivo visando a aprovação de uma pauta de reivindicações. No entanto, os dirigentes sindicais se deram conta, em determinado momento, que, ao invés de dissídio, seria mais eficaz partir diretamente para a greve. Seu argumento era de que, de acordo com a lei, os passos necessários tanto para dissídio quanto para greve implicariam no mesmo tipo de esforço junto às bases. Ora, no caso de dissídio, uma vez julgado pelo Tribunal, os trabalhadores não teriam mais nenhuma possibilidade de barganha e o Sindicato ainda correria o risco de se desmoralizar perante as bases se suas principais reivindicações não tivessem aprovação do Tribunal. Em caso de greve, as possibilidades de barganha seriam infinitamente superiores e haveria um estado de mobilização permanente. E foi assim que já em agosto houve uma definição pela greve.

É importante assinalar que toda essa discussão se passava ao nível das assembleias realizadas pelos Sindicatos com os trabalhadores associados. Foi delas que surgiu a idéia de greve, como também foi delas que surgiu a pauta de reivindicações. Inúmeras assembleias e reuniões foram realizadas no interior dos Sindicatos no período que antecedeu a greve, visando não só o debate daquelas questões como também a organização dos trabalhadores, sobre a qual repousava o sucesso do movimento. A peça-chave dessa organização era a figura do delegado de engenho (versão local do delegado sindical).

Os dirigentes sindicais tinham clareza de que sem delegado de engenho seria difícil levar adiante qualquer tipo de movimento, em virtude das dificuldades de comunicação entre a sede do Sindicato e os engenhos mais distantes e à escassez de recursos financeiros e humanos dos Sindicatos. Com base na experiência do passado anterior a 64, sabia-se que era imprescindível ter um elemento de ligação entre o Sindicato e cada engenho, de

forma a assegurar o fluxo de informações de parte a parte e também a mobilização de cada engenho. Era preciso, portanto, realizar assembléia em cada engenho para que nela os trabalhadores pudessem eleger seu delegado. Isso foi feito, mas não sem problemas, uma vez que em algumas áreas a idéia de delegado de engenho evocava a memória das perseguições que sofreram aqueles que desempenharam esse papel no passado.

O ritmo da discussão, organização e mobilização dos trabalhadores no período anterior à greve variou consideravelmente. Enquanto em alguns Sindicatos já era possível com dois meses de antecedência reunir delegados de todos os engenhos e avaliar as possibilidades do movimento, em outros isso só foi possível num momento bem posterior. Tal fato se explica na medida que os Sindicatos que participaram do movimento não estavam igualmente implantados entre os trabalhadores nem possuíam o que, no linguajar sindical, se denomina de “trabalho de base”.

Desde o seu início o movimento de Pernambuco apresentou uma particularidade em relação a outros movimentos ocorridos no país: a participação ativa do órgão de cúpula estadual – a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – na coordenação do movimento. E é exatamente porque a Federação exerceu esse papel que se pode compreender a articulação entre Sindicatos com diferentes níveis de mobilização. Convocados pela Federação para discutir o problema, desde o momento em que a idéia era apenas realizar um dissídio, dirigentes de Sindicatos mais “fortes” e mais “fracos” eram colocados lado a lado e os problemas discutidos em comum. O “avanço” de um servia de estímulo ao outro; a forma de resolver um problema abria perspectivas àquele que agora se defrontava com o mesmo problema; e assim,

através de sucessivas reuniões, experiências eram socializadas, decisões tomadas em conjunto e planejamentos feitos, levando em conta as dificuldades individuais de cada Sindicato. Num momento posterior a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) uniu-se à Federação no papel de coordenação do movimento, fato também inédito na história das greves recentemente ocorridas no país. Essas considerações são importantes para que se possa entender porque o movimento de Pernambuco não foi um movimento de Sindicatos isolados agindo por conta própria, mas um movimento de um conjunto de Sindicatos articulados por uma Federação.

Por outro lado, na medida que os Sindicatos mais fortes e mais empenhados no movimento acabaram sempre por assumir a liderança nas reuniões conjuntas e se manifestavam dispostos a deflagar o movimento mesmo se os outros não estivessem em condições de fazê-lo e apesar dos riscos de um movimento isolado, esse período anterior à greve teve uma dinâmica muito particular. A certeza de que a greve se tornaria inevitável levou os dirigentes dos Sindicatos com menor implantação entre os trabalhadores a se empenharem em recuperar o tempo perdido e dar um salto qualitativo. O que estava em jogo era a satisfação que teriam de dar à massa de trabalhadores caso houvesse uma greve vitoriosa cujos benefícios não se estendessem aos associados daquele Sindicato mais fraco exatamente porque ele não havia entrado na luta ao lado dos outros. Paralelamente, a informação de que se articulava um movimento reivindicatório corria a Zona da Mata através dos canais tradicionais de comunicação (feira, rádio, redes de parentesco e amizade), provocando entre os trabalhadores cujos Sindicatos ainda não haviam sequer se mobilizado um movimento de pressão para que entrassem no movi-

mento. Concluindo se poderia afirmar que os Sindicatos mais fortes, de um lado, e os próprios trabalhadores, de outro, forçaram a ampliação de um movimento que inicialmente tinha como certos apenas oito Sindicatos e que, na hora da greve, contava com 24 adesões.

A greve de Pernambuco foi um movimento legal, segundo os critérios de legalidade impostos pelo Estado. Desde o momento em que se desistiu do dissídio e se optou pela greve, a decisão era realizá-la conforme a lei. Tal escolha deve ser compreendida em função das condições particulares em que vivem os trabalhadores da Zona da Mata e de sua história recente. A lei 4.330 (Lei de Greve), embora tenha sido feita para dificultar a greve, representa um reconhecimento de fato do direito de greve. Isso é importante se se considera que em todo o período posterior a 64 os patrões e as forças repressivas conseguiram inculcar nos trabalhadores, através de demissões, perseguições e prisões, a idéia de que as greves realizadas no tempo de Arraes eram ilegais, justificando-se portanto as medidas de força contra os trabalhadores e seus líderes por ocasião do movimento militar. Desta forma o próprio ato de fazer uma greve passou a significar um desrespeito à "lei" e a palavra grevista transformou-se em sinônimo de "agitador", "comunista" e "subversivo". A situação era tal que os trabalhadores, todas as vezes que se opunham de alguma forma às condições de trabalho em que viviam, sentiam-se na obrigação de deixar claro que não eram "grevistas" e que não estavam defendendo a greve. Portanto, a lei de greve, apesar de todas as suas limitações, se tornava uma arma importante tanto para as lideranças sindicais quanto para os próprios trabalhadores no sentido de que podiam opô-la, enquanto lei impessoal vinda de fo-

ra, às "leis" privadas em que se amparavam os patrões⁹ e a repressão.

Tratava-se portanto de usar a lei de greve, não tanto para satisfazer os dispositivos impostos pelo Estado, mas para defender os trabalhadores diante dos patrões e das forças que os sustentavam. Assim, ao invés de legitimar a lei, a decisão de realizar uma greve legal, pelo que se pode depreender de todo o processo de greve, representou uma utilização política da legislação sobretudo daqueles dispositivos que favoreciam os trabalhadores, como por exemplo a proibição de prender trabalhadores em greve e o direito de aliciamento de companheiros para greve.

O Trabalho de Mobilização

A decisão de partir para a greve (fixar uma data) foi tomada na primeira quinzena de setembro. Houve inúmeras discussões entre os dirigentes sindicais sobre a conveniência de realizarem um movimento simultâneo ou escalonado. Todos estavam de acordo de que era importante desencadear o movimento quando as usinas começassem a moagem. O corte de cana para moagem é um momento privilegiado para os trabalhadores exercerem seu poder de barganha, na medida que esse é o momento em que o capital realiza a produção no mercado. O problema era fixar uma data ou várias datas depen-

⁹ As lutas sociais iniciadas na década dos 50 tiveram como um de seus principais efeitos a quebra da dominação absoluta que exerciam os proprietários sobre seus moradores. No entanto, desde que se sintam apoiados pelas forças repressivas os proprietários não hesitam em acionar alguns mecanismos "privados" para a manutenção da ordem em suas fazendas. Sobre os "poderes" dos senhores de engenho, veja-se, por exemplo, as descrições de Freyre (1941) e Bello (1948).

dendo da decisão de escalonar ou não. A rigor, a decisão tomada dependeu menos de uma análise das vantagens e desvantagens do escalonamento, do que da mobilização que cada Sindicato era capaz de assegurar. Como em alguns Sindicatos o trabalho seguia de forma mais lenta e a prudência indicava ser necessário aguardar, e como em outros Sindicatos, os trabalhadores estavam organizados há mais tempo e extremamente motivados para a greve, o que acabou ocorrendo foi que dois Sindicatos de municípios vizinhos (São Lourenço da Mata e Paudalho), por pressão dos trabalhadores, decidiram iniciar o movimento na frente.

Iniciar o movimento tinha dois sentidos: tomar as providências burocráticas, impostas pela lei, e tomar as providências políticas impostas pelo bom senso. Na medida que a opção era a greve legal, era necessário realizar os dois tipos de trabalho (burocrático e político) o que implicou numa duplicação de esforços e recursos. Assim, a lei estabelecia a publicação de editais de convocação da classe para a assembléia que deveria aprovar as reivindicações e votar pela greve, com dez dias de antecedência, nos jornais locais. O salário dos trabalhadores é insuficiente para alimentá-los e a greve visava, entre outras coisas, um aumento de salário. Nenhum trabalhador compra jornal, porque não pode desviar o salário da alimentação. A maioria dos trabalhadores são analfabetos e por isso mesmo estavam reivindicando escolas para seus filhos. Logo os jornais, que pressupõem tanto o dinheiro para comprá-los quanto o domínio da leitura, nunca foram utilizados como meio de comunicação entre Sindicato e trabalhadores. No entanto era preciso avisar os trabalhadores de que haveria uma assembléia e que era importante que o comparecimento fosse maciço. Os delegados de engenho asseguravam a comunicação apenas nos engenhos onde o Sindicato tinha associados.

Para atingir o maior número possível de trabalhadores recorreu-se então às diferentes rádios locais que eram inegavelmente instrumentos extremamente eficazes de comunicação com os trabalhadores. Muitos têm rádio e costumam levá-lo para o local de trabalho onde as emissões são ouvidas por todos. Como os recursos eram escassos para assegurar a continuidade dos anúncios através das rádios e como muitas vezes as direções das emissoras (a maioria pertencente aos patrões) se recusavam, mesmo mediante pagamento, a divulgar convocações onde houvesse alguma insinuação de greve, a saída encontrada foi a panfletagem pelos engenhos, feiras e pontas de rua, local onde residem os trabalhadores *clandestinos*. Esse trabalho mais propriamente político foi feito pelos Sindicatos, pelos trabalhadores e pela Federação.

Embora a lei exija a aprovação da greve apenas por uma parcela dos trabalhadores associados ao Sindicato, os dirigentes sabiam que a greve seria inviável se não contasse com uma adesão em massa. A força de trabalho utilizada nos engenhos da Zona da Mata está segmentada entre o que residem dentro dos engenhos e possuem uma relação contratual de trabalho (*fichados*) e os que residem fora dos engenhos e não têm uma relação contratual de trabalho (*clandestinos*). O processo que transformou antigos moradores em trabalhadores *clandestinos* implicou também na dessindicalização desses trabalhadores¹⁰ e esse era um problema central para os Sindicatos. Caso não se contasse com a adesão dos *clandestinos* não haveria greve nenhuma, porque os *fichados* isoladamente não conseguiriam parar a produção.

O primeiro panfleto a circular pela Zona da Mata convocava os trabalhadores para a assembléia. Era diri-

10 Cf. Sigaud, 1979.

gido a *fichados e clandestinos*. Num verso havia uma explicação rápida a respeito das principais reivindicações e no outro uma explicação em relação aos direitos dos grevistas. Embora muitos fossem incapazes de ler o panfleto, havia sempre alguém que pudesse explicar o seu conteúdo, quando não a própria pessoa que fazia a panfletagem. E, apesar dessa limitação básica, o panfleto tinha, poder-se-ia dizer, uma forte eficácia simbólica. Tratava-se de um pedaço de papel dirigido ao trabalhador, falando de coisas que o interessavam, numa linguagem que ele entendia e exigindo aquilo que ele considerava serem seus direitos. No decorrer do movimento dois outros panfletos foram distribuídos: um instruindo os trabalhadores a aguardar a ordem do Sindicato para parar (durante a semana dada aos patrões para responderem às reivindicações) e outro ordenando a paralisação da produção (quando veio a negativa dos patrões). Em todos esses momentos o panfleto não perdeu sua eficácia. De simples instrumento de comunicação que era, ao nível da intenção dos que o elaboraram, transformou-se num símbolo da luta pelos direitos, num documento que cada trabalhador apresentava diante daqueles que contestavam seu movimento, numa espécie de miniatura das "leis"

No decorrer do trabalho de mobilização dos trabalhadores através da rádio e dos panfletos que vinha sendo realizado pelos Sindicatos de Paudalho e São Lourenço da Mata, com ajuda de outros Sindicatos e da Federação, os demais Sindicatos que ainda hesitavam quanto à data da Assembléia, como que incentivados pelo início do movimento, decidiram também publicar os editais de convocação para uma semana depois da Assembléia dos dois primeiros. Nesse momento o grupo de Sindicatos já havia crescido consideravelmente. Alguns Sindicatos que se mantinham afastados da Federa-

ção tiveram a iniciativa de procurá-la para se juntar ao movimento. Houve também os dirigentes sindicais tidos como "pelegos" que, tendo acompanhado todos os passos, na hora da publicação dos editais, simplesmente recuaram sem nenhuma explicação.

As assembléias de São Lourenço e Paudalho, realizadas no dia 23 de setembro, foram ao mesmo tempo uma prova de fogo e uma demonstração de força dos trabalhadores. Desde cedo pela manhã famílias inteiras de trabalhadores começaram a chegar à sede do Sindicato. A assembléia começou às dez horas nos dois municípios.

O procedimento adotado na condução da Assembléia é indicador da atitude que os dirigentes estavam assumindo perante a lei de greve. Em primeiro lugar fez-se a leitura das reivindicações a serem encaminhadas aos patrões. Não se tratava apenas de ler mas de esclarecer o significado de cada ponto, sobretudo visando aqueles, como os *clandestinos*, que não haviam participado da elaboração das reivindicações. Em seguida fez-se a votação, por aclamação, tanto dos pontos exigidos quanto da decisão de entrar em greve, caso os patrões se recusassem a atender o exigido. Esse encaminhamento é o conhecido dos trabalhadores, que estão habituados a resolver questões discutindo entre eles e manifestando sua posição num levantar de braços. A seguir os dirigentes explicavam que, para assegurar a legalidade da greve, teriam que reafirmar sua posição colocando um voto individualizado e secreto numa urna. E só nesse momento iniciava-se o ritual imposto pela 4.330, que exigia dos trabalhadores o sacrifício de fazer filas enormes para se apresentar a uma mesa de votação, assinar seu nome, apanhar as cédulas, ir a uma cabine, colocar a cédula num envelope e depois depositá-lo em uma urna. Para os trabalhadores a situação toda parecia

absurda, pois era evidente que aquele procedimento era absolutamente inútil. Mas, embora críticos em relação a aquele procedimento, os trabalhadores faziam questão de votar, para assegurar a legalidade da greve, conforme a advertência dos dirigentes, e provavelmente temendo que sua não participação implicasse também em sua exclusão dos direitos a serem conquistados. Assim, todos queriam votar. O problema é que, de acordo com a lei, só podem votar os associados do Sindicato. Ocorre que os trabalhadores trouxeram para a assembléia todos os membros da família que trabalhavam assim como os vizinhos e amigos trabalhadores que não eram associados do Sindicato. Foi portanto necessário todo um trabalho para convencê-los, assim como aos *clandestinos*, de que não poderiam votar sob pena de provocar a impugnação da votação, mas que a luta e a vitória que se viesse a obter eram também deles.

A votação, apesar de todos os procedimentos burocráticos, era relativamente simples. O trabalhador tinha de escolher entre uma cédula verde, que indicava aprovação e que logo foi identificada com a cédula do trabalhador, e uma amarela, que indicava a recusa, identificada como a cédula do patrão. Durante toda a votação, a equipe integrada pelos dirigentes dos Sindicatos e da Federação procurava manter o ânimo dos trabalhadores, com esclarecimento em relação às reivindicações, com cantadores recitando em verso os problemas dos trabalhadores, com depoimentos de quem quisesse se dirigir aos companheiros. Entre os trabalhadores o clima era de euforia, como se estivessem emergindo à superfície após quinze anos de repressão.

Essas duas primeiras assembléias consagraram uma determinada interpretação da lei de greve, o que se tornaria importante em termos da condução das assembléias subseqüentes. Diante da ambiguidade da lei,

entendeu-se que apenas uma assembléia seria necessária para aprovar as reivindicações e a greve e não duas, como poderia sugerir uma outra interpretação de lei. O caráter secreto do voto foi minimizado, pois os trabalhadores após votarem exibiam a cédula que não tinham usado, a amarela, e a inutilizavam ostensivamente. Nessas assembléias houve algumas tentativas por parte dos fiscais da Delegacia do Trabalho no sentido de interferir na condução da reunião e na votação, mas foram impedidos pelas direções dos Sindicatos, que invocaram o texto da lei que determinava que a função dos fiscais era presidir a apuração, embora o texto fosse ambíguo dando margem a outras interpretações. Da mesma forma foram barradas as tentativas partidas de agentes ligados às forças policiais, sob o argumento de que a lei não permitia a participação de pessoas estranhas à classe na Assembléia, quando evidentemente não eram essas "pessoas" que a lei visava. Esses fatos demonstram uma grande habilidade da liderança sindical na utilização da lei de greve, uma vez que na prática se serviram dela ali onde ela interessava e a contestaram por dentro ali onde ela era ambígua.

O resultado das duas assembléias foi plenamente satisfatório, tanto do ponto de vista burocrático da lei, uma vez que houve quorum e os votos na cédula verde foram maioria, quanto do ponto de vista político pois o comparecimento havia superado de longe todas as expectativas. Animados com os acontecimentos de São Lourenço e Paudalho, os dirigentes dos outros Sindicatos intensificaram a panfletagem e mobilização dos trabalhadores. Enquanto isso as reivindicações eram encaminhadas pelos dois primeiros Sindicatos à Delegacia Regional do Trabalho e aos representantes patronais.

No domingo seguinte, dia 30 de setembro, realizaram-se as assembléias nos outros 22 Sindicatos. Para um

grande número desses Sindicatos, tratava-se da segunda convocação. Como havia o temor de que não se registrasse o quorum de 2/3 previsto para a primeira convocação, toda a mobilização se concentrou na segunda convocação, onde o quorum era apenas de 1/3. Em relação a alguns Sindicatos que tinham aderido ao movimento sem muita convicção temia-se também que nem mesmo em segunda convocação o quorum fosse atingido. Esses elementos indicam que não existia expectativa de que se repetisse o que ocorrera em São Lourenço e Paudalho. Foi portanto uma surpresa para aqueles que estavam na liderança do movimento verificarem que, ao amanhecer de domingo, os Sindicatos foram invadidos por uma massa enorme de trabalhadores dispostos a entrar em greve imediatamente. Embora o número de votantes tenha sido de 18 mil, calcula-se que cerca de 50 mil trabalhadores tenham comparecido às assembléias, sendo que em quase todas elas o quorum ultrapassou os 2/3. Repetiu-se nessas assembléias o procedimento adotado nas anteriores, de primeiro votar por aclamação e depois votar através de cédulas. Desta vez no entanto o problema não se limitava a convencer os não associados a não votar na urna, pois em vários Sindicatos, cujos vizinhos não haviam aderido ao movimento, os trabalhadores tinham se deslocado e reivindicavam o direito de se juntar aos companheiros daquele município.

Calcula-se que existam cerca de 240 mil trabalhadores vinculados à produção da cana de açúcar em toda a Zona da Mata. Nos 24 Sindicatos onde foram realizadas assembléias estavam representados 28 municípios de um total de 39. Somando o comparecimento em todas as assembléias, poder-se-ia calcular que cerca de 70 mil trabalhadores tenham participado diretamente da decisão de decretar a greve. Os números se tornam mais expressivos na medida que se sabe que é muito diferente se obter

esse tipo de comparecimento onde os trabalhadores moram na mesma cidade onde funciona a sede do Sindicato, e obtê-lo numa situação em que os associados estão espalhados pelo interior das fazendas, com dificuldade de acesso à sede da cidade e sem que o Sindicato tenha quaisquer condições de providenciar transporte. Para os que ainda duvidavam das possibilidades de uma greve na Zona da Mata, os acontecimentos daquele domingo forçaram uma nova interpretação dos fatos.

Comandos e Piquetes

Até aquele momento, os patrões (usineiros e fornecedores) vinham se limitando a reivindicar do Governo um aumento do preço da cana e/ou do açúcar, fonte para eles de todos os males da Zona da Mata. Embora alguns criticassem o movimento que se ensaiava, vinculando-o à volta de Miguel Arraes e à ação dos eternos "elementos estranhos à classe" ¹¹, via de regra consideravam-no justo e se diziam dispostos a atender às reivindicações dos trabalhadores, desde que o Governo atendesse as que eles estavam fazendo. Provavelmente essa atitude dos patrões e a legalidade do movimento teriam levado alguns setores da opinião pública, sobretudo no sul do país, a julgar apressadamente o movimento de Pernambuco como fruto da manipulação dos patrões. Essa visão conspiratória e policalesca da história já denunciada em vários momentos, episodicamente reaparece para interpretar acontecimentos de natureza as mais

¹¹ "Não considero esse movimento apenas como de solicitação salarial. Acho que tem algo a ver com quem vem chegando de volta ao lar depois de tantos anos", declarou o tesoureiro da Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco ao *Jornal do Comércio*. Cf. edição de 19/09/79.

diversas. No caso em questão ela parece ter se alimentado da ignorância dos fatos e da ingenuidade de achar que em toda parte os patrões não hão sempre de procurar tirar algum proveito de qualquer greve que seus trabalhadores porventura façam.

Por contar com as informações fornecidas pelos seus órgãos de segurança, os quais nesse período se empenharam com afincos na Zona da Mata, o Governo parecia acreditar mais na greve do que o próprio empresário. Indicativo disso foi o fato de que na semana que separou os dois conjuntos de Assembléias o Ministério do Trabalho providenciou a mudança do Delegado Regional do Trabalho. A pessoa que ocupava o cargo era por demais identificada com a direita e com um tipo de sindicalismo pelego para estar à altura do problema que vinha se configurando. Há muitos anos a sua cabeça era pedida pelos dirigentes sindicais, mas foi preciso que um movimento de massa se estruturasse para que ele fosse substituído por outro, identificado pela imprensa como um homem "apolítico", um "professor"¹².

Na segunda-feira que se seguiu às Assembléias expirava o prazo para uma resposta dos patrões. Eles, que até então vinham ignorando as reivindicações encaminhadas por São Lourenço e Paudalho, se viram obrigados a se manifestar. Limitaram-se a dizer que não podiam atender nenhuma reivindicação e a pedir que não deflagrassem a greve, para aguardar que decorresse o prazo dos outros 22 Sindicatos. Nesse momento ficou evidente que os patrões temiam a greve escalonada e tentavam ganhar tempo. O problema foi levado aos trabalhadores dos dois municípios que não hesitaram em reafirmar sua disposição de entrar em greve. Seu argu-

12 Cf. *Diário de Pernambuco* em sua edição de 28/09/79.

mento principal era o de que haviam cumprido, apesar de todas as dificuldades, o exigido pela lei, e que portanto se sentiam autorizados a começar a greve. Continuariam dispostos a discutir com os patrões, mas com os engenhos parados. E foi dessa forma que às zero horas daquela terça-feira, dia 2 de outubro, 20 mil trabalhadores de São Lourenço e Paudalho iniciaram uma greve que iria durar uma semana.

A paralisação foi total em São Lourenço da Mata e praticamente total em Paudalho, onde ainda houve alguns engenhos que chegaram a trabalhar, em função da dificuldade de comunicação da decisão de greve. Os trabalhadores se organizaram em comandos por engenho. Aos comandos cabia formar os piquetes para mobilizar todos para a greve, barrar os fura-greve, impedir que o patrão trouxesse outros trabalhadores para substituí-los, fiscalizar a paralisação naquela propriedade e a ação de eventuais provocadores. Os comandos funcionaram também como elementos de ligação com o Sindicato. Enquanto durou a greve eles se reuniram diariamente com os dirigentes na sede do Sindicato para fazer uma avaliação do andamento do movimento e se inteirar dos passos dados nas negociações. Desta forma, os trabalhadores foram mantidos permanentemente informados e a cada dia tinham a oportunidade de reafirmar sua disposição de continuar em greve, através dos comandos.

Embora o que interessasse efetivamente parar fossem as operações vinculadas ao corte de cana (o corte propriamente dito e o transporte), os trabalhadores interpretaram a greve como uma greve do engenho. Assim impediram que qualquer serviço viesse a ser executado: desde o trato dos animais até os serviços de limpeza. Piquetes de até 50 pessoas, incluindo homens, mulheres, crianças e velhos, chegaram a ser formados para impedir

a passagem de trabalhadores de outros municípios. O tempo todo os trabalhadores eram advertidos de que o sucesso da negociação estava na razão direta de sua força para parar os engenhos. O corte de uma touceira de cana enfraqueceria os trabalhadores e fortaleceria os patrões. Os trabalhadores interiorizaram essa relação e se empenharam ativamente para levar à greve até a vitória, sob o lema de que “antes passar fome parado do que passar fome trabalhando”.

A participação dos *clandestinos* teve um papel decisivo no desenrolar da greve. Como não estavam enquadrados no Sindicato temia-se que eles, inconscientemente, acabassem fazendo o jogo dos patrões. No entanto isso não ocorreu. Os *clandestinos* aderiram ao movimento, eles mesmos formando piquetes nas pontas de rua para fiscalizar a saída de caminhões e impedir que os companheiros ainda desinformados em relação à greve seguissem para o trabalho na área em que os engenhos estavam parados. Houve casos de caminhões já cheios de trabalhadores, prontos para partir com os empreiteiros, se esvaziarem imediatamente após os esclarecimentos feitos pelos membros dos piquetes. Os elementos de liderança entre os *clandestinos* acabaram por integrar o comando geral da greve e dessa forma assegurar uma ligação entre o Sindicato e as pontas de rua.

O próprio caráter da greve parece ter contribuído para garantir a adesão dos *clandestinos*. O importante para o Sindicato era paralisar o seu município. Como a greve tinha sido escalonada, abria-se então aos *clandestinos* a possibilidade de trabalhar em outro município e obter seu ganho diário, sem no entanto prejudicar a greve naquela área. Isso era decisivo porque se os *fichados* tinham a certeza de que seus dias parados seriam pagos, porque a lei isso lhes facultava, os *clandestinos*, por for-

ça de sua própria condição de trabalhadores sem vínculo empregatício, encontravam-se sem nenhuma proteção legal.

Essa diferença entre *fichados* e *clandestinos* não significa no entanto que para os primeiros não houvesse problemas. Em princípio não estaria em jogo o pagamento semanal, no primeiro sábado de greve, porque é costume em todos os engenhos da Zona da Mata pagar-se com uma semana de atraso. "Sempre fica uma semana dentro", conforme explicam os trabalhadores. Os patrões chegaram a acenar a possibilidade de não pagamento, mas acabaram pagando aos grevistas. Ocorre no entanto que a possibilidade do trabalhador consumir no *barracão*¹³ do engenho depende do trabalho que tenha efetuado no dia em que está consumindo. Ora, estando os engenhos parados, os barracões não forneciam aos trabalhadores. E, como o pagamento semanal é, para a grande maioria, insuficiente para atender às despesas da família, em função de mecanismos de endividamento progressivo e dos baixos salários que recebem, mesmo os trabalhadores *fichados* passaram privações durante aquela semana. Para resolver essa questão, os comandos de cada engenho se reuniram com os trabalhadores para fazer um levantamento das necessidades de cada um e montar uma lista de prioridades. E foi com base nesses dados que o Sindicato procedeu à distribuição do fundo de greve, no primeiro sábado da paralisação.

O fundo de greve foi constituído com recursos procedentes de várias fontes. A Igreja e o comércio local¹⁴

13 *Barracão* é um estabelecimento comercial situado no interior dos engenhos, onde os trabalhadores se abastecem a crédito.

14 Um aumento de salário dos trabalhadores interessa aos comerciantes das pequenas cidades da Zona da Mata, na medida que pode acarretar

colaboraram com gêneros alimentícios. Camponeses de outras regiões de Pernambuco também enviaram alimentos. Sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, de diversas regiões do país, contribuíram com dinheiro recolhido entre associados. Coletas foram feitas em Recife e nos principais centros do país (Rio, São Paulo, Brasília) por grupos de pessoas que se solidarizaram com o movimento. Um cantor popular que realizava um show em Recife na semana da greve ofereceu uma parte da quantia arrecadada. Os estudantes, que naquele momento elegiam a primeira diretoria da UNE, não podiam evidentemente realizar uma mobilização maior em função da greve, mas mesmo assim alguns dos grupos que disputavam o comando da entidade se dispuseram a colocar ao lado da urna de votação uma urna para coleta do fundo para os trabalhadores. Por fim, ao lado de todas estas manifestações de solidariedade de outros grupos e instituições talvez a maior manifestação de solidariedade tenha partido dos próprios trabalhadores em greve. No dia da distribuição do fundo inúmeros trabalhadores que, em virtude de suas condições pessoais, como por exemplo a possibilidade de se alimentar do roçado ou do sítio que cultivavam, não só abriram mão de qualquer auxílio, como fizeram questão de contribuir em dinheiro ou em produto (macaxeira, farinha) para um fundo comum que viesse atender aos mais necessitados, aos companheiros *fichados* e sobretudo aos *clandestinos*.

Durante a greve ficaram paralisados 27 engenhos em São Lourenço da Mata e 47 em Paudalho. Esses en-

uma ampliação considerável de suas vendas. O período que seguiu à decretação de um salário-mínimo para a Zona da Mata (1963) foi um dos momentos de maior movimento para o comércio na região. A esse respeito, Cf. Prado., 1979:165.

genhos forneciam cana para as Usinas Tiúma, Petribu, Bulhões e Mussurepe. Como a greve era legal, tornava-se ao mesmo tempo difícil e ilegítimo reprimi-la, Mas, ainda assim, houve algumas intervenções policiais na defesa dos interesses dos proprietários atingidos. Em determinado momento da greve, em São Lourenço, um comboio de cinco caminhões carregados de cana acompanhado por escolta policial tentou romper o bloqueio formado pelos piquetes na estrada. Os trabalhadores impediram a passagem dos caminhões, invocando direitos previstos pela lei de greve e não se deixando intimidar pela presença de policiais. O incidente foi contornado após algumas horas, com o comboio voltando para trás. Outro momento de tensão ocorreu quando uma patrulha quis prender o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, sob o argumento de que tinha ordem de levá-lo à presença do Comando da Polícia Militar de Pernambuco. O dirigente sindical que àquela hora percorria os engenhos em greve acompanhado de alguns membros do comando, reagiu à prisão, alegando que pela lei não poderia ser preso. Diante de sua recusa, os policiais transformaram a suposta ordem de prisão em convite para comparecer ao Comando da Polícia Militar em Recife. O Presidente de São Lourenço exigiu então que obtivessem do Delegado Regional do Trabalho uma autorização para que ele se ausentasse da reunião de negociações marcada para aquele mesmo dia. Desconcertados, os policiais comunicaram-se com seus superiores, dos quais receberam ordem para desistir do intento de levar preso o líder dos trabalhadores. Durante a greve os jornais locais chegaram a noticiar que a Polícia Militar garantiria os trabalhadores que desejassem trabalhar. Tratava-se apenas de uma ameaça sem muitas condições de se concretizar, na medida que não havia a quem proteger numa greve geral.

Esses fatos apontam para tentativas de intimidação, que não tiveram sucesso porque o movimento dos trabalhadores era efetivamente um movimento de massa. A legalidade da greve tornou-se uma arma nas mãos dos trabalhadores. Em nome da lei, os trabalhadores enfrentaram tanto o arbítrio dos patrões quanto o arbítrio da autoridade policial.

A Retomada da Organização

Enquanto prosseguia a greve, fatos importantes aconteciam. Nos Sindicatos que haviam realizado assembléia no domingo anterior à paralisação de São Lourenço e Paudalho, intensificaram-se os trabalhos de organização dos trabalhadores. Em muitos municípios havia apenas um número insignificante de delegados de engenho. Todos esforços foram então concentrados para compor os comandos de greve por engenho e preparar os trabalhadores para a paralisação que se tornava inevitável. O desdobramento dos acontecimentos não conduziu a uma ampliação da greve. No entanto esse trabalho não se perdeu. Dos comandos, formados para a eventualidade da greve, surgiram os delegados que faltavam, consolidando-se assim mais uma vez uma organização própria dos trabalhadores, que há 15 anos havia sido destruída pela repressão.

A notícia das Assembléias e seus resultados e a informação de que havia 20 mil trabalhadores em greve por melhores salários espalhou-se por toda a Zona da Mata. Pressionados pela massa que começou a se dirigir ao Sindicato para tomar satisfações a respeito de sua não participação no movimento e assustados diante de fatos tão inéditos, os dirigentes dos chamados Sindicatos "pelegos", cuja atuação se resumia ao assistencialismo do Funrural, procuraram a Federação para pedir

orientação. Alguns o fizeram por indicação da própria Delegacia Regional do Trabalho, fonte de inspiração de seu trabalho sindical. Possivelmente os funcionários da DRT estavam tão desconcertados quanto eles e portanto os mandaram para a Federação. A sugestão recebida foi a de que seguissem os passos dados pelos outros, publicando os editais de convocação e realizando as Assembléias. A Federação se comprometeu a assistí-los e aproveitou o momento de crise para alertá-los sobre as inconveniências de um sindicalismo assistencialista numa conjuntura nova como aquela. O fato de procurarem a Federação foi um acontecimento importante que diante da magnitude da greve tornou-se secundário. Quebrou-se a dominação absoluta que a Delegacia exercia sobre aquele conjunto de Sindicatos. Alguns dirigentes e assessores (advogados e contadores) mais intimamente comprometidos com a DRT se afastaram. Os dirigentes se sentiram obrigados a responder a uma pressão da massa. Todos esses elementos permitem prever, no médio prazo, mantido o estado atual de mobilização, mudanças significativas no que ainda resta de sindicalismo assistencial na Zona da Mata. Mais significativo, no entanto nos parece, o fato de que, apesar da inoperância daqueles Sindicatos no plano das lutas reivindicatórias, num momento em que outros Sindicatos conduziam um movimento que sensibilizava todos, os trabalhadores ainda reconheceram no Sindicato seu instrumento de expressão e luta. Assim, ao invés de buscarem outros canais, os trabalhadores preferiram pressionar o Sindicato para tomar uma atitude.

Além de contribuições para o fundo de greve, o movimento dos trabalhadores da Zona da Mata recebeu manifestações de solidariedade de todo o país, através de telegramas, notas e declarações públicas tanto de Sindicatos de trabalhadores rurais, quanto de Sindicatos

urbanos e associações da sociedade civil. Uma dessas manifestações de solidariedade chama particularmente a atenção do observador pelas implicações que se pode extrair a respeito das possibilidades de formação de frentes de luta no campo.

Já há algum tempo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco se debate com um problema interno envolvendo a mudança de seus estatutos. Uma das questões em jogo é a forma como deve ser feita a contribuição em dinheiro de cada Sindicato à Federação. Há posições divergentes e o problema mobiliza todos. Uma Assembléia de todos os Sindicatos do Estado para discutir o assunto, marcada com grande antecedência, coincidiu exatamente com o dia em que a greve começava. A sucessão de fatos ligados à greve e a mobilização de toda Federação em função do movimento impediu que a reunião fosse adiada. Estiveram presentes à Assembléia 78 Sindicatos, representando em quase sua totalidade pequenos produtores do Agreste Sertão de Pernambuco. Também estavam na reunião muitos dos dirigentes dos Sindicatos da Zona da Mata envolvidos no processo de greve, mas estes eram a minoria. A reunião foi aberta com um informe sobre a evolução dos acontecimentos na Zona da Mata. Por unanimidade a Assembléia decidiu adiar a discussão dos Estatutos e discutir naquela hora o que os camponeses poderiam fazer para ajudar os assalariados da Zona da Mata. Além de uma nota de solidariedade, (publicada posteriormente pela imprensa) a Assembléia tomou medidas práticas. Em primeiro lugar deliberou sobre o envio de alimentos aos grevistas. Esses alimentos seriam recolhidos junto aos pequenos produtores de cada município, concentrados em algumas áreas-chaves para depois seguirem para a Federação que se encarregaria da redistribuição. Por outro lado, sobretudo no caso dos Sindicatos do Agres-

te, tratava-se de tomar providências para impedir a saída de caminhões com trabalhadores para substituir os grevistas. Tradicionalmente, na época da moagem, camponeses do Agreste se deslocam para a Zona da Mata a fim de trabalhar como assalariados. O corte da cana na Mata coincide com a entressafra de seus produtos no Agreste e esse é um momento que muitos procuram fazer alguma reserva. Antes mesmo da greve, usineiros e fornecedores haviam intensificado as viagens de seus prepostos ao Agreste a fim de arregimentar uma mão-de-obra que pudesse substituir os grevistas da Zona da Mata. Alguns Sindicatos do Agreste já vinham fazendo uma espécie de piquete nos pontos de caminhões que desciam para a Zona da Mata e promovendo reuniões com os seus associados para informá-los sobre a mobilização dos assalariados e esclarecer que o sucesso do movimento dependeria também de sua solidariedade. Argumentava-se que um aumento salarial na Zona da Mata os interessava diretamente, porque eles também dele se beneficiariam quando lá fossem trabalhar. Era uma questão de tempo bastando apenas adiar a descida para a Zona da Mata. O depoimento desses dirigentes abriu a perspectiva de uma posição a ser assumida por todos. Firmou-se então durante a Assembléia um compromisso de empenhar todos os esforços no sentido de impedir que a greve fosse furada pelos camponeses do Agreste e Sertão.

Enquanto durou a greve e mesmo depois dela terminada continuaram chegando mantimentos das mais diferentes regiões de Pernambuco, e os *corumbas* (termo utilizado na Zona da Mata para designar os camponeses que se deslocam durante a moagem) não desceram. Esses fatos demonstram a insuficiência de algumas análises que tendem a considerar a priori os interesses de pequenos produtores e de assalariados como divergentes

e irreconciliáveis, e apontam para a necessidade de se buscar nas situações históricas concretas como se formam as frentes de luta, em função de conjunturas específicas.

Terra e Salário

A greve da Zona da Mata terminou quando os trabalhadores dos municípios de São Lourenço e Paudalho reunidos em Assembléia aprovaram o protocolo de acordo firmado entre seus representantes e os representantes patronais, após quatro dias de negociações quase que ininterruptas, que se realizaram paralelamente à greve. Poucas horas depois da assinatura do protocolo, as lideranças se reuniram primeiro em São Lourenço e depois em Paudalho para apresentar o resultado final das negociações. O acordo havia sido extremamente favorável aos trabalhadores. E considerando-se que ele chegava após vários dias de grande tensão para todos, compreende-se que estas Assembléias tenham se caracterizado por um clima de muita emoção e euforia. A medida que se inteiravam do que haviam conseguido, os trabalhadores (homens, mulheres, crianças e velhos) mal conseguiam se conter de alegria. Uns choravam, outros dançavam, outros gritavam, outros simplesmente riam.

Na terça-feira, dia 9, quando completava uma semana de greve, os trabalhadores retornaram ao trabalho. Diante da ameaça dos fornecedores¹⁵ de não assinarem a Convenção Coletiva, os trabalhadores, e aí não apenas os dos dois municípios que haviam parado, mas

15 Fornecedores são aqueles que apenas plantam a cana-de-açúcar e a vendem para as usinas. Entre eles há tanto proprietário de terra quanto arrendatários (*rendeiros*).

de todos que haviam iniciado o processo de greve, se declararam em Assembléia-Geral permanente, prontos para recomeçar o movimento caso houvesse qualquer recuo, o que não ocorreu, porque o Governo concedeu mais um aumento ¹⁶ aos fornecedores sobre o preço da cana e eles concordaram em assinar a Convenção.

A primeira reunião entre os representantes dos trabalhadores e os representantes patronais havia se realizado no primeiro dia de greve. Nessa reunião, os patrões se limitaram a pedir que a greve fosse suspensa para iniciar a negociação, mas não fizeram nenhuma contraproposta. A Delegacia Regional do Trabalho que mediava as partes sugeriu então uma reunião para daí a dois dias com os Presidentes de todos os Sindicatos que haviam realizado Assembléia, e não apenas os que lideravam a greve, e os representantes do Sindicato das Indústrias do Açúcar (usineiros), do Sindicato dos Cultivadores de Cana e da Associação dos Fornecedoros de Cana (ambos representando os fornecedores). Nessa segunda reunião e nas que se seguiram até a madrugada de domingo para segunda, quando foi assinado o protocolo de intenções, participaram esses dirigentes e também os Presidentes da Federação e da Contag, que conduziam a negociação por parte dos trabalhadores, alguns usineiros e fornecedores e advogados de ambas as partes. Em determinado momento o Delegado Regional do Trabalho passou a presidência das negociações para o Secretário das Relações do Trabalho, especialmente enviado pelo Ministro do Trabalho para desempenhar essa função.

¹⁶ Um primeiro aumento havia sido concedido pelo Governo na semana que antecedeu a greve (29,60%) para a cana, (27%) para o açúcar e (30,5%) para o álcool. O segundo aumento foi no valor de 7,92% para a tonelada de cana-de-açúcar e entrou em vigor depois da assinatura do acordo. Outro reajuste foi prometido para abril de 80.

As negociações foram difíceis, como qualquer negociação. No caso de Pernambuco, a complicação maior resultava da divisão entre fornecedores e usineiros. Enquanto os trabalhadores se apresentaram como um bloco unido e coeso, os patrões não conseguiam se entender entre si. Não há nada de estranho nesse fato, pois as contradições e disputas entre usineiros e fornecedores datam da própria emergência das usinas, no início do século, quando a classe dos senhores de engenho começou a perder poder econômico e político para os usineiros. Nem a ameaça que a greve representava para todos não era suficiente para uní-los. Enquanto os usineiros se dispunham a atender certas reivindicações os fornecedores protestavam alegando falta de condições e ameaçando com o espectro do desemprego porque teriam de encerrar seus negócios. Assim iam se criando os impasses. Uma das fórmulas encontradas para não estancar as negociações foi deixar as questões mais difíceis, como o salário e a Tabela, para o final e começar pelas de mais fácil acordo.

O resultado das negociações acabou sendo favorável aos trabalhadores como já se disse. A maioria das 32 cláusulas que compunham o documento inicial foram aprovadas, sendo que algumas delas com uma redação melhor do que a original. Apenas uma reivindicação, a referente à estabilidade do delegado de engenho, foi de fato vetada. Em relação ao aumento salarial, os trabalhadores pediam 100% e conseguiram 52%, o que representava um aumento de mais de 100% em relação ao salário que ganhavam em outubro do ano anterior. Embora fosse do interesse dos trabalhadores ter o documento original aprovado na íntegra, é evidente que na sua elaboração havia se deixado uma margem para negociação.

Muitas das reivindicações aprovadas no texto final da Convenção Coletiva implicavam simplesmente no

cumprimento da CLT, (por ex: adicional de insalubridade; o parcelamento do décimo-terceiro salário; o pagamento de horas-extras, etc.). Os patrões não podiam se recusar a aceitar essas cláusulas, pois o próprio fato de haver uma reivindicação no sentido de confirmar a lei através da Convenção já se constituia numa desmoralização pública. Do ponto de vista dos trabalhadores o que estava em jogo era desfechar mais um golpe contra a ordem privada dos patrões, que não só se consideravam no direito de ignorar a legislação em vigor como precisavam destes recursos para intensificar a exploração da força de trabalho e assegurar uma taxa satisfatória de acumulação. Portanto apenas aparentemente o problema de reivindicar o cumprimento da CLT era simples. Na medida que a burla sistemática da legislação ou a tentativa de fazê-lo é vital para os patrões, o fato de serem forçados a cumpri-la os atinge significativamente.

Mas nem tudo que foi aprovado envolvia dispositivos da CLT. Algumas das cláusulas consideradas vitais pelos trabalhadores não o eram. Tomaremos aqui algumas delas para tentar explorar o seu significado. Um ponto central do documento era obter a aprovação de uma Tabela estabelecendo equivalências entre os diferentes serviços da produção da cana e as formas de remuneração. A Tabela é uma arma importante dos trabalhadores contra as manipulações dos patrões no sentido de baixar os seus salários. Uma vez definido através de Convenção que cada serviço, dependendo das condições em que seja executado e da extensão da tarefa, tem o seu "preço", os trabalhadores passam a contar com um dispositivo legal para contrapor aos patrões. Sendo a remuneração da força de trabalho calculada com base tanto na produção quanto no tempo, na ausência de uma definição explícita, os patrões ficam livres para jogar tanto com os dois tipos de remuneração, quanto com a

extensão das tarefas. Esse jogo lhes permite, por exemplo, manipular as condições de trabalho oferecidas tanto aos *fichados* quanto aos *clandestinos* e forçar um aumento da intensidade de trabalho de ambos os segmentos da força de trabalho. Podem também, como o fazem sistematicamente, aumentar a extensão das tarefas a cada aumento salarial, conseguindo dessa forma anular qualquer vantagem que o trabalhador proventura tenha recebido. Daí a importância da Tabela. Sem ela de nada valeria um aumento salarial, por maior que fosse, e por isso os dirigentes sindicais se empenharam tanto em conseguir sua aprovação. Nesse ponto esbarraram com uma forte resistência tanto dos usineiros quanto dos fornecedores, que alegavam que haveria queda na produtividade. Em virtude de dificuldades de capitalização e de condições topográficas desfavoráveis, usineiros e fornecedores perseguem uma produtividade que não dependa de inovações tecnológicas, como a mecanização de parte de tarefas. A rigor o que querem é forçar um aumento da intensidade do trabalho. Durante todos esses anos em que não vigorou uma Tabela na Zona da Mata (a última data de 64) os patrões se sentiram livres para estabelecer as equivalências que bem entendessem, alterando arbitrariamente o tamanho de uma conta de 100 para 200 braças, reduzindo o valor da tonelada de cana e assim sucessivamente, sem que tenha se processado qualquer alteração significativa no processo de trabalho. Por isso a Tabela foi uma vitória para os trabalhadores, embora não tenham conseguido fazer prevalecer sua proposta original onde as tarefas eram menos extensas e onde havia algumas especificações importantes em relação aos direitos dos trabalhadores. Diante da intransigência dos patrões, a liderança sindical aceitou uma contraproposta de volta à Tabela de 64. Mesmo defasada no tempo, a velha tabela seria uma arma importante para os trabalhadores.

Um outro ponto chave da proposta dos trabalhadores era a reivindicação de acesso à terra para cultivo de lavouras de subsistência e a livre criação de animais. O que passou na Convenção foi o cumprimento do Decreto-Lei 57.020 o qual, a não ser no que se refere ao direito de livre criação, uma vez que limita o número de cabeças de gado que cada trabalhador possa ter, atende às principais exigências dos trabalhadores, pois prevê a cessão de uma área de até 2ha. a cada trabalhador com mais de um ano no emprego para lavoura de subsistência e criação. Na medida que se trata apenas do cumprimento de uma lei já existente, essa reivindicação pode passar despercebida. Essa lei, no entanto, que se aplica apenas aos assalariados da lavoura canavieira, nunca foi implementada. Consagrá-la na Convenção dava-lhe uma força que nunca tivera. Mas, permanece uma questão: porque trabalhadores assalariados introduzem no meio de reivindicações tipicamente "trabalhistas" uma reivindicação por terra? Não é muito difícil responder a esta questão, e talvez ela sequer tenha sentido, a não ser para aquele que dividem o campo em categorias e a priori atribuem a cada uma delas, de forma indutiva e a histórica, quais seus interesses "históricos" e qual o seu "papel histórico".

Tradicionalmente os moradores dos engenhos da Zona da Mata de Pernambuco tinham acesso a uma área para cultivo de lavoura de subsistência. Isso está demonstrado fartamente pela literatura disponível sobre a região. Alguns moradores de confiança do senhor de engenho tinham acesso ao *sítio*, o que se constituía num privilégio em relação aos que apenas obtinham terra para botar roçado (Palmeira, 1977). A partir da década de 50 os proprietários começam a cortar os sítios e a negar terra para roçado. Os trabalhadores reagem e através das Ligas e Sindicatos lutam para transformar em direito

aquilo que até então havia sido apenas uma concessão do senhor. Desde aquela época essa tem sido uma luta importante dos trabalhadores que vêm no sítio uma defesa contra as oscilações salariais e arbitrariedades dos patrões em relação ao quantum de trabalho, na medida que lá podem plantar e criar para sua subsistência. Para os proprietários, o problema maior não é ceder parte de suas terras, embora esse seja o principal argumento invocado, uma vez que via de regra nunca a utilizam em sua totalidade. A questão reside no fato de que a possibilidade de produzir parte de sua subsistência torna o trabalhador mais livre perante o proprietário e portanto menos subordinado ao trabalho assalariado. É importante chamar a atenção para o modo como as reivindicações se articulam e fazem sentido. Assim, como o aumento salarial só é eficaz com a Tabela, também o acesso à terra só é eficaz com Tabela. Pois de uma definição da extensão das tarefas depende a possibilidade de sobrar algum tempo livre para o trabalhador dedicar-se ao sítio. Também em relação a esse ponto houve grande resistência dos patrões, que conseguiram incluir nessa cláusula uma ressalva de que só seriam obrigados a cumpri-la enquanto o Decreto que a inspirava estivesse em vigor. Isso demonstra tanto que não recusaram porque não podiam desrespeitar uma lei, quanto que já se encontram empenhados em obter a revogação da lei.

Outras cláusulas importantes que foram aprovadas dizem respeito à contratação dos *clandestinos* (definidos como "safristas"); à limitação do trabalho fora dos engenhos (o qual dificulta o trabalho no sítio) em que os trabalhadores residem; ao pagamento de horas-extras durante todo o tempo que o trabalhador estiver à disposição do proprietário para prestar um serviço (o que reforça a reivindicação referente ao trabalho fora); ao transporte adequado para o local de trabalho; ao forne-

cimento pelos proprietários dos instrumentos de trabalho (o que implica na exclusão de mais um gasto que os trabalhadores tinham de fazer com o seu salário); à proibição do pagamento ser feito nos barracões e de se processar qualquer desconto em função de dívidas contraídas com o barraqueiro; e ao direito do Sindicato de estabelecer delegacias sindicais em sua base territorial.

Conclusão

A vitória dos trabalhadores na mesa de negociações pode ser explicada pelo fato de que havia 20 mil em greve e uma ameaça de que outros 100 mil se unissem ao movimento. Também pesaram a unidade demonstrada durante o “diálogo” e a legalidade da greve. Havia evidentemente por parte do Governo o interesse de que aquela greve tivesse um desfecho que não lhe trouxesse maiores prejuízos políticos, pois suas atuações recentes em relação a outros movimentos¹⁷ haviam produzido um desgaste para o programa da “abertura”. Por outro lado a vinculação das reivindicações às leis vigentes tornava difícil ilegitimar a pretensão dos trabalhadores. Tudo indica que esses elementos e o risco calculado de que a Convenção pudesse não ser cumprida levaram o Governo e os patrões a cederem.

A dimensão e o impacto de uma greve só podem ser avaliados em toda a sua extensão nos seus desdobramentos posteriores, na medida que os trabalhadores tenham ou não condições de assegurar suas conquistas. Como não é nossa intenção enveredar por esse caminho,

¹⁷ Cf, a greve dos bancários do Rio e a greve dos metalúrgicos de Minas.

nos limitaremos aqui a assinalar alguns saldos da greve de Pernambuco em seus aspectos mais imediatos.

Em primeiro lugar a greve permitiu uma importante consolidação da organização dos trabalhadores, através dos delegados de engenho. Durante todo o processo de preparação para a greve e no momento imediatamente posterior a ela verificou-se um fortalecimento dos Sindicatos, em termos de um aumento do número de associados. Cresceram também os Sindicatos na medida que conseguiram impor sua liderança e restabelecer a confiança dos trabalhadores nas suas possibilidades de atuação. E, independentemente do rumo que os acontecimentos venham a tomar, inegavelmente os trabalhadores conquistaram através da Convenção uma arma importante para seus enfrentamentos com os patrões.

De um ponto de vista mais geral, a greve de Pernambuco representou a retomada de determinadas formas de luta entre os trabalhadores assalariados no campo, que pode vir a se generalizar num futuro próximo, caso não haja retrocesso político a nível nacional que venha interromper as articulações que vem se efetivando entre os diferentes setores de trabalhadores ligados à agricultura.

REFERÊNCIAS

- Bello, Julio:
1948 - *Memórias de um Senhor de Engenho*, Rio de Janeiro, José Olympio
- Callado, A.:
1964 - *Tempo de Arraes*, Rio de Janeiro: José Alvaro.
- Camargo, Aspásia:
1973 - *Brésil Nord - Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Thèse 3^{ème} Cycle. Université de Paris.
- Contag:
1979 - *Anais. 3º Congresso Nacional Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília. Contag
Diário de Pernambuco. Edição de 28/9/79 (Recife)
- Freyre, Gilberto:
1941 - *Região e Tradição*, Rio de Janeiro: José Olympio.
Jornal do Comércio. Edição de 19/9/79 (Recife)
Movimento nº 283, edição de 8 a 14/10/79. São Paulo.
- Palmeira, Moacir:
1977 - "Casa e Trabalho: Notas sobre a Plantation Tradicional", *Contraponto*, nº 2.

1979 - "Desmobilização e Conflito", *Revista de Cultura e Política*. Cedec, ano 1, nº 1.

Prado Jr. Caio:

1979 - *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense.

Sigaud, Lygia

1979 - *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades.

Apêndice: Convenção Coletiva

É o seguinte o texto da Convenção Coletiva de Trabalho, assinada pelos representantes dos patrões e dos trabalhadores.

“Celebram a presente Convenção Coletiva de Trabalho, de um lado o Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar do Estado de Pernambuco e do outro os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jabotão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, Sindi-